

O apoio das Forças Armadas na solidificação do regime varguista (1930-1937)*

The support of the Armed Forces in the solidification of the Vargas regime (1930-1937)

Antonio Modesto dos Santos Junior

Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a relação entre o Presidente Getúlio Vargas e as Forças Armadas na década de 1930, precisamente a Marinha. Busca-se discutir os desdobramentos na instituição militar com a chegada de Vargas a chefia da Nação por meio do movimento de 1930 e posteriormente o apoio dos militares na instauração do Estado Novo, regime pautado no autoritarismo¹. Os acontecimentos do início da década de 1930 solidificaram as bases do regime varguista de 1937, pois fomentaram uma aproximação dos membros da alta cúpula militar, os quais, além de buscarem a manutenção da disciplina nas instituições militares viram na chegada e permanência de Vargas na chefia da Nação uma “solução” para a “defasagem” enfrentada pelos meios militares desde a Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE: Getúlio Vargas; Forças Armadas; Relatório

ABSTRACT

The present article aims to present the relationship between President Getúlio Vargas and the Navy in the 1930s. It seeks to discuss the unfolding of the military institution with the arrival of Vargas the leadership of the nation through the movement of 1930 and later support of the military in the establishment of Estado Novo, a regime based on authoritarianism. The events of the early 1930s solidified the bases of the Vargas regime of 1937, as they fostered a rapprochement between members of the high military leadership who, in addition to seeking to maintain discipline in military institutions, saw the arrival and permanence of Vargas at the helm of a “solution” to the “lag” faced by military means since the First Republic.

KEYWORDS: Getúlio Vargas; Armed Forces; report

*Artigo recebido em 26 de fevereiro de 2019 e aprovado para publicação em 19 de setembro de 2019.
Navegador: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 15, nº 30, p. 148-158 – 2019.

INTRODUÇÃO

McCann (1995, p. 44) ao tratar a relação das Forças Armadas com o Estado Novo, pondera que as instituições militares eram instrumentos para derrubar os caciques políticos da época. Deste modo, Getúlio Vargas buscou o apoio dos militares para assim assumir o controle da Nação. Por sua vez, as Forças Armadas viam em Vargas uma forma de melhorar seus materiais bélicos.

Ao se dirigir às Forças Armadas no seu discurso da Assembleia Constituinte, em 1933, Vargas assumiu o seu compromisso com os militares como resposta ao apoio recebido. Na busca do entendimento da relação de Vargas com os militares e o papel desses no contexto político do Estado Novo, apresentamos o conceito dado às Forças Armadas por Alain Rouquié (1984, p. 93), segundo o qual, além de ser uma organização coercitiva em que a autoridade repousa sobre uma atitude de força, são também burocracias nas quais são aplicados os mecanismos formais de contrapoder e autoridade central. De um modo bastante elucidativo, o autor define que as Forças Armadas diferem das demais organizações por serem instituições totais ou quase totais. Mesmo os militares sendo recrutados do meio civil, “a profissão das armas não é parecida com as outras profissões” (ROUQUIÉ, 1984, p. 93).

A chegada de Vargas a Presidência significou uma relação profícua entre aquele que se tornou o chefe da Nação e as Forças Armadas. José Murilo de Carvalho (1999, p. 341) aponta que em dois momentos, mais precisamente 1930 e 1937, pôde ser verificada a construção mútua de dois atores políticos centrais: Vargas e os militares, sendo o primeiro o polo dominante. O fim do sistema oligárquico, sentido maior do regime federalista da Primeira República era algo contestado

pela cúpula política, que ascendeu em 1930. Para o empreendimento da contestação ao “velho” regime, Vargas confiou nas Forças Armadas, que os conduziu ao controle da Nação em 1930 e permitiu sua permanência ao longo de quinze anos.

O MOVIMENTO “SEDICIOSO” DE 1935

Os acontecimentos da década de 1930 subsidiaram a relação das Forças Armadas com Getúlio Vargas, fazendo delas avalistas do processo autoritário. A historiadora Marly Vianna destaca que, naquele momento, o Brasil assistiu um clima político de efervescência e, se no início conspiravam os tenentes, principalmente, logo se viu também a participação dos generais. De acordo com a autora,

o General Manoel Rabello, comandante da 7a RM, sediada em Recife, por exemplo, escreveu a Góis Monteiro em março de 1934 afirmando ser chegada a hora de o Exército e a Marinha imporem uma constituição, evitando assim situações que poderiam degenerar em guerra civil (VIANNA, 2011, p. 130).

Vianna aponta ainda que, em 1934, o General Rabello sugeriu ao General Góis Monteiro uma “Proclamação ao povo”, incumbindo assim às instituições militares de assegurarem a tranquilidade e o progresso da Nação.

Thomas Skidmore (1969, p. 25) afirma que, já em 1935, a Marinha e o Exército buscavam assumir o papel de árbitros finais nas decisões políticas, pois os militares temiam que os políticos considerados radicais, a exemplo de Luís Carlos Prestes, que se apresentaram com o levante militar comunista de 1935 chegassem ao poder. Assim, apoiavam Getúlio Vargas.

Os acontecimentos de 1935 fomentaram uma aproximação entre as duas instituições militares, e de ambas ao governo

estabelecido. Tal constatação podemos ter diante da abordagem do Ministro da Marinha Henrique Aristides Guilhem apresentada jornal *A Noite*, em 11 de novembro de 1935, quando o almirante declarou que a posição da Marinha era de absoluta solidariedade ao governo. Ele afirmou também que tanto o Regimento Naval como a Escola de Aviação se encontravam prontos para intervir em qualquer instante na defesa das instituições dirigentes, além da Esquadra, que estava na Ilha Grande em rigorosa prontidão, para se deslocar e prestar seu apoio em qualquer ponto do País que surdissem surtos subversivos.

Em 3 de dezembro de 1935, o jornal *A Noite* também apresentava a aproximação entre os ministros da Marinha e da Guerra e noticiava o encontro entre aquelas duas autoridades na sede do Ministério da Marinha. O General João Gomes Ribeiro Filho, então ministro da Guerra, encontrou-se com o Ministro da Marinha, Aristides Guilhem, em uma conferência a portas fechadas, configurando assim um ambiente de profunda discrição. Entretanto, o jornal *A Noite* recebeu informações a respeito daquela reunião e concluiu que a mesma tinha relação direta com outra realizada dias anteriores na sede do Ministério da Guerra, com todos os generais que se encontravam no Rio de Janeiro e nela tinha sido deliberado que se deveria punir com rigor todos os oficiais envolvidos no movimento “sedicioso” daquele ano.

Dois dias depois do encontro entre os ministros militares, se realizou uma reunião entre o Almirantado e o ministro da Marinha, que resultou em uma carta endereçada ao ministro da Guerra, na qual, entre outras características, se apresentava uma moção de solidariedade ao Exército nacional e ao governo:

Tenho honra, sr ministro, em seguida ao desfecho dos últimos e opressivos acontecimentos que magoaram e enlutaram a Nação,

de apresentar ao Exército Nacional, tão expressivamente representado por v. ex. todo o acendrado sentimento de solidariedade da Marinha de Guerra na grave conjuntura em que se encontrou e se encontra o país (...) Presente com todo o espírito de solidariedade, a participar dos amargos momentos experimentados pela grande classe irmã, para cujos destinos superiores v. ex se empenha invulgarmente, com o Exército e os aplausos da nação, a Marinha também nesta hora reafirma estar presente e solidária (*A NOITE*, 11 de novembro de 1935).

Por sua vez, o ministro da Guerra respondia ao ministro da Marinha por meio de outra carta, que também veio a público e foi noticiada pelo jornal *A Noite* da seguinte forma:

Tenho a honra de acusar o recebimento da carta que v. ex. se dignou a escrever-me relativa à lamentável desgraça que feriu o Exército nos últimos dias de novembro. (...) E na realidade imensamente grande a nossa mágoa; tão grande na sua enormidade, que não há na exuberância da nossa língua com que se possa exprimir o trago, a amargura sem par que o Exército sofre em suas tradições de guarda fiel da ordem publica. (...) o golpe tremendo que talvez a estrangulasse, se nesse transe incerto não contasse com a generosidade e abnegação das classes armadas, sempre prontas para a luta e o sacrifício (*A NOITE*, 11 de novembro de 1935).

Como pode ser observado, na troca de correspondências entre os ministros militares, a Marinha se solidarizava ao Exército na busca do objetivo de sufocar o movimento que ameaçou a estrutura interna das Forças Armadas em 1935. Frank McCann cita a reunião dos generais do dia 3 de dezembro, onde havia sido proposto

pelo Ministro da Guerra João Gomes a expulsão de todos os envolvidos na revolta e “que buscassem medidas mais severas contra futura subversão” (MCCANN, 2009, p. 340). O Ministro da Marinha Aristides Guilhem declarava ao jornal *Correio da Manhã*, em 9 dezembro de 1935, que o papel da Marinha era de colaborar com as forças de terra no combate aos inimigos da Pátria e das instituições, e que a Força Naval tudo faria para cooperar com o Exército no maior fortalecimento do governo, visando uma repressão contra aqueles que o ministro chamou de “maus elementos”, que pretendiam não apenas subverter, mas destruir o regime político-social e jurídico brasileiro.

Já no seu relatório de 1936, o Ministro da Marinha Aristides Guilhem buscava minimizar o envolvimento dos militares da instituição nos episódios de 1935, e afirmava que, no tocante à disciplina, a Marinha demonstrava mais uma vez ao governo ser uma “força coesa, disciplinada e sempre pronta ao sacrifício em defesa da Pátria e das leis” (BRASIL, Ministério da Marinha, 1936, p. 11). No discurso² do ministro, as ideias extremistas³ tiveram pouca aceitação entre os militares da Marinha e, por fim, dava a solução: “Para manter a disciplina e combater o marxismo, a par de uma contrapropaganda hábil e sincera, basta agir com justiça, já premiando os meritórios, já castigando com rigor e sem falso sentimentalismo os culpados, sejam eles quais forem”.

Por sua vez, o General Góis Monteiro, que já se apresentava como figura proeminente do Exército em 1935, buscava passar ao largo dos acontecimentos daquele ano, pouco se pronunciando a respeito e acabou culpando a dita “liberalidade” da Constituição de 1934, que dava aos soldados o direito de votar, abrindo assim o contato dos aquartelados com os políticos (MCCANN, 2009, p. 490).

Em 1937, Getúlio Vargas buscou a adesão das instituições militares, as quais eram vistas por políticos e chefes militares como a maneira mais segura de colocar um fim na confusão política. Por sua vez, o sociólogo Edmundo Campos Coelho (2000, p. 115) afirma que o General Góis Monteiro acreditava que os modelos organizacionais da Nação brasileira mais adequados eram os da Marinha e do Exército, pois estas eram as únicas instituições verdadeiramente nacionais. Segundo Coelho, para o militar, “as Forças Armadas eram as responsáveis máximas pela segurança interna e externa da Nação”. Coelho afirma que o General Góis Monteiro acreditava que o Estado, representado por Getúlio Vargas, deveria usar as Forças Armadas para disciplinar a Nação, e as instituições militares seriam modelo para esta disciplina. Para este general, não poderia existir um Exército disciplinado em uma nação licenciosa.

O COMPROMISSO DE VARGAS COM AS FORÇAS ARMADAS

O apoio dos militares a Getúlio Vargas era significado também da herança do abandono dos governos da Primeira República, que deixava o papel institucional das Forças Armadas muitas vezes em dúvida. A Marinha, em meados da década de 1930, possuía uma Esquadra defasada com “uma obsoleta coleção de submarinos rangentes e envelhecidos cruzadores” (MCCANN, 1995, p. 44) e apostava na permanência de Getúlio Vargas à frente do Governo para o seu reaparelhamento. Os relatórios ministeriais apontam para uma situação caótica da Esquadra, com os ministros da Marinha se reportando aos presidentes desde o fim da Primeira República em um tom lastimoso, solicitando novos meios flutuantes, conforme pode ser visto nos relatórios do final da década de 1920 e início da de 1930.

Ao assumir o governo em 1930, Vargas prometeu fazer investimentos nas Forças Armadas. Santos Val (VAL, 2013, p. 29), discorrendo sobre o reaparelhamento naval, afirma que o “Programa de 32” foi o resultado de uma série de compromissos do governo revolucionário com a Marinha. Contudo, os problemas de orçamento decorrentes da depressão mundial acabaram atrasando sua execução, apesar de haver conseguindo incorporar 15 navios de combate principais⁴ (corvetas e contratorpedeiros).

Em seu discurso na Assembleia Constituinte no ano de 1933, o “chefe do governo revolucionário” Getúlio Vargas destacava o compromisso que estabeleceu com a Marinha através do seu manifesto dirigido a nação em 1930, onde reconhecia que aquele departamento de defesa nacional ressentia-se pela falta de material moderno e adequado ao desempenho de sua árdua missão. Como resposta à defasagem da Esquadra, Vargas instituiria um crédito anual de 40.000:000\$ durante 12 exercícios financeiros (Anais da Assembleia Nacional, 1933, p. 80).

O crédito destinado para o programa naval, em 1934, sofreu alterações em seu prazo e também na sua dotação orçamentária. O então Ministro da Marinha, Almirante Protógenes Pereira Guimarães, em seu relatório relativo àquele ano, destacava que o governo reconheceu que o prazo estabelecido de 12 anos seria longo demais e acabou resolvendo, sem aumento na dotação global, elevar de 40.000:000\$ para 60.000:000\$ a quota anual que havia sido fixada, como também reduzir o prazo de 12 para oito anos a vigência do crédito.

Contudo, o ministro apontava que o programa naval não solucionava o problema da Marinha, quando comparado com outras nações sul-americanas, por exemplo, e também pelo fato de o programa não cogitar unidades para constituir as Flotilhas do Amazonas e do Mato

Grosso. O ministro faz então comparações com os vizinhos na América do Sul, afirmando que os argentinos, apesar de lutarem com as dificuldades de uma situação delicada, possuíam uma Esquadra que apresentava um total de 100.000 toneladas, enquanto a brasileira não chegava a 50.000 toneladas e formada por navios obsoletos. O ministro citava ainda que nos últimos 15 anos a Argentina e o Chile aumentaram significativamente as suas Esquadras, sem que o Brasil os acompanhasse (Relatório do Ministro da Marinha, 1932, p. 12).

Na visão do ministro, o programa naval “era um mínimo do mínimo que o Estado-Maior da Armada, após acurado exame da situação geral, indicou como indispensável a segurança do País, nada tendo, portanto, de exagerado. Sem ele, a Marinha de Guerra terá deixado de existir” (Relatório do Ministro da Marinha, 1934, p. 9). A respeito da comparação com as nações sul-americanas, feita pelo Ministro da Marinha Protógenes Guimarães, Santos Val (2013, p. 55) explica que, ao fim da década de 1920, a Marinha brasileira contava com apenas 17 navios de emprego de alto-mar, que foram adquiridos durante a Reforma Alexandrino (1906-1910). Enquanto isso, os países vizinhos, Argentina e Chile, possuíam em suas frotas, respectivamente, 29 e 30 navios, neste sentido, Armando Vidigal (1985) destaca que até as primeiras décadas do século XX a Marinha do Brasil era influenciada pelo desenvolvimento das Marinhas argentina e chilena.

O jornal *A Noite*, de 4 de abril de 1934, publicou uma matéria fazendo alusão à renovação da Esquadra. Noticiava que, no dia 11 de junho daquele ano, deveria ser assinado o contrato com a firma vencedora. O jornal relatava ainda a reunião que ocorreu para serem apresentados os estudos das propostas da construção de unidades para a Esquadra, “segundo o

programa naval aprovado pelo chefe do Governo Provisório” (A NOITE, 4 de abril de 1934). De acordo com o periódico, o Ministro da Marinha, Protógenes Guimarães, recomendou à comissão, que tinha como presidente o Almirante Aristides Guilhem, que acelerasse os trabalhos de modo a possibilitar que Getúlio Vargas assinasse no dia determinado o contrato com a firma vencedora.

Juntamente ao programa naval e integrando os compromissos da Revolução, foi instituído o Fundo Naval⁵, o qual também foi apresentado por Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, em 1933. Tal fundo deveria ser formado com os saldos provenientes das verbas orçamentárias do Ministério da Marinha, como as rendas dos arsenais, capitânicas, impostos de faróis e outras, por fim assinalava que a economia acumulada no ano de 1932 chegou a 8.000\$ contos, os quais deveriam ser destinados à aquisição do material flutuante auxiliar e custeio dos serviços de defesa do litoral (Anais da Assembleia Nacional, 1933, p. 81).

Por sua vez, o Ministro Protógenes Guimarães apresentava o Fundo Naval, no seu relatório ministerial de 1934, como um relevante serviço prestado à Marinha e sublinhava que aquele fundo seria aplicado na aquisição de material fixo e móvel empregados na defesa dos portos, rios e litoral, bem como nos serviços de socorro marítimo, faróis e balizamento. Ainda de acordo com o Ministro, o Fundo Naval seria administrado por uma junta, sob a presidência do Ministro da Marinha, constituída pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e os Diretores-Gerais de Fazenda, Engenharia, Portos e Costas, Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Navegação (Relatório do Ministro da Marinha, 1934, p. 35).

A criação do Fundo Naval e o empreendimento do “programa naval de 32” foram, sem dúvida, uma resposta às exigências da Marinha. No último relatório ministe-

rial da Marinha na Primeira República destinado ao Presidente Washington Luís, foi apresentado o estado deficiente da Esquadra. O então Ministro da Marinha, Arnaldo Luz, chamava a atenção do presidente da República, em 1930, para uma série de dificuldades vividas pela Marinha, por exemplo, o exagerado consumo de combustível, que demonstrava um forte indício de cansaço dos navios.

Em suas variadas queixas, aquele ministro apontava ainda para o decréscimo contínuo do Poder Naval com as baixas sem substituição dos Cruzadores República, Tiradentes, Tamandaré, Tymbira, Tupy e Tamoyo, bem como a falta da “remodelação” dos Encouraçados Minas Gerais e São Paulo, que ele considerava uma providência inadiável e imprescindível, além das substituições imediatas dos contratorpedeiros e dos submarinos tipo F, os quais, de acordo com o ministro, devido à redução da velocidade, impropriedade do armamento e fraqueza geral, se tornavam inservíveis até para treinamentos.

Dois anos depois, o Ministro da Marinha Protógenes Guimarães também se queixaria ao Presidente Getúlio Vargas, em seu relatório de 1932, da seguinte maneira: “A Esquadra agoniza pela idade e, perdido com ela o hábito das viagens, substituído pela vida parasitária e burocrática do porto, desaparece o panaché profissional dos velhos tempos” (Relatório do Ministro da Marinha, 1932, p. 9). Neste aspecto, Hélio Leôncio Martins (MARTINS, 2017, p. 86) chama atenção ao fato da repetição do “tom lamentoso” dos ministros, ano após ano, clamando por melhorias ao presidente da República, as quais não eram atendidas.

No relatório de 1936, o Ministro Aristides Guilhem destacava que a falta de navios modernos na Esquadra obrigava a Marinha a poupar os “velhíssimos” que possuía, mantendo-os permanentemente em consertos, reduzindo assim ao mínimo a sua movimen-

tação e os exercícios. O ministro enfatizava ainda que essa obsolescência dos meios flutuantes influenciava diretamente o moral e a situação do pessoal. Na visão do Ministro, nada era mais nocivo ao moral das tripulações do que as longas estadias nos portos.

O clamor para que o governo atendesse às demandas da Marinha era algo permanente nos relatórios ministeriais. Ainda no relatório de 1936, pedia-se que o governo considerasse com urgência o problema vital da Marinha, que era a renovação do material flutuante da Esquadra e apontava que aquele pedido de atenção ao governo já vinha sendo invariavelmente invocado pelos ministros antecessores. Na visão do Ministro Guilhem, se a solução fosse “por mais tempo procrastinada” a Marinha deixaria muito em breve de existir como órgão essencial da defesa do País:

A Marinha chegou a tal situação Snr. Presidente, que nem mesmo o elementar dever de garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei poderá ela dentro em pouco desempenhar. E impossibilidade, dest'arte, de realizar a finalidade que o Art. 162⁶ da Constituição lhe atribui, cessará a sua razão de ser (*Relatório do Ministro da Marinha*, 1936, p. 3).

No relatório referente aos anos de 1937, 1938 e 1939, o Ministro da Marinha Aristides Guilhem afirmava que, dentro das possibilidades financeiras e dos recursos materiais à disposição da administração naval, haviam sido abordados todos os problemas de interesse para a defesa naval. O ministro citava que a situação atual do material flutuante e dos serviços auxiliares não satisfazia mais aos seus objetivos: “Velhos navios de quase trinta anos de vida, não mais suportando as reparações que a cada instante se fazem necessárias; ausência completa de meios para a fabricação dos elementos bélicos” (Re-

latório do Ministro da Marinha, 1939, p. 2).

Embora o Ministro da Marinha continuasse neste relatório levando ao conhecimento do presidente as dificuldades vivenciadas pela sua pasta, já havia sido instituído pelo Decreto no 21.514, de 11 de junho de 1932, o Programa Naval destinado à renovação da Esquadra. Neste decreto, Getúlio Vargas reconhecia que o material flutuante que compunha a Esquadra brasileira havia ultrapassado, em quase absoluta totalidade, o máximo de sua vida possível e estava, portanto, obsoleto. Ele citava ainda neste decreto que o Submarino Humaitá ameaçava as suas guarnições a sérios desastres e finalizava dizendo que, se fosse para manter tal situação, seria melhor extinguir a Marinha e dispensar o pessoal (BRASIL. Decreto nº 21.514, de 11 de junho de 1932).

O Ministro da Marinha Protógenes Guimarães, no seu relatório de 1933, apontava que, ao iniciar a utilização do crédito destinado ao programa naval, mais precisamente, em julho de 1932, se desencadeou a Revolução Constitucionalista de São Paulo que, na visão do ministro, se constituiu em uma “sangria lamentável” dos recursos que poderiam ter tido melhores aplicações, haja vista tal revolução ter perturbado a “marcha regular da organização naval, a qual não se destina propriamente às lutas internas, visando, ao contrário, a defesa do País como um todo unido e solidário” (Relatório do Ministro da Marinha, 1933, p. 6). Neste relatório, o Ministro procurava apresentar a função da instituição, apontando que, embora não fosse ideal ter se envolvido num conflito isolado em São Paulo, a Marinha, “ordeira por hábito”, defendeu o governo instituído por uma revolução.

Martins (2017, p. 87) relata que a Revolução de 1932 consolidou a integração da

Marinha ao novo regime. Já no movimento revolucionário de 1930, o mesmo autor (p. 85) destaca que a Marinha não apoiou de imediato a Revolução, ficando ao lado da legalidade. Segundo Martins, a Marinha, de certa maneira, foi a maior resistência que a Revolução de 1930 enfrentou. Neste aspecto, Carvalho (2005, p. 82) aponta que a Marinha ignorou o movimento de 1930, quando participou apenas com alguns oficiais remanescentes da revolta de 1924, e

mesmo no Exército, a maioria dos oficiais também não aderiu. Carvalho reconhece que, embora não tenha sido feito um estudo mais aprofundado do movimento, pode-se afirmar “que a maior parte do êxito da Revolução de 30 se deveu à ação dos dois grandes Estados envolvidos, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que contavam com suas poderosas polícias militares” (CARVALHO, 2005, p. 82).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo houve uma tentativa de reunir subsídios para atestar a ideia que a chegada de Vargas ao poder e sua permanência foram decisivos para as Forças Armadas. O momento turbulento vivenciado no meio militar no início da década de 1930 é apresentado como um dos responsáveis por uma tentativa de coesão na alta cúpula militar. Não obstante, é destacado que o apoio dado pelos militares a Vargas pode ter sido resultado do sentimento de abandono pelos governos da Primeira República, apoio este consolidado na instauração do Estado Novo, regime autoritário que causou mudanças irreversíveis para as instituições na vida política e da administração pública com o objetivo de aproximar o Brasil de um governo verdadeiramente nacional.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

FONTES

Anais da Assembleia Nacional Constituinte (1933). Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. *Almanaque de Oficiais da Marinha de 1930 a 1935*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório do ano de 1930 a 1942 apresentados ao Presidente da República pelo Ministro da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1933.

Jornal A Noite 4 de abril de 1934. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Jornal A Noite de 11 de novembro de 1935. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Jornal Correio da Manhã, de 15 de março 1932 Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto (1909-2004). *Dicionário de política* I. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha na República*. Coord. De Vicente Tapajós. Brasília-Rio de Janeiro: Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Serviço de Documentação da Marinha, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MARTINS, Helio Leoncio. *Revista Marítima Brasileira* Suplemento 2017.

MCCANN, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Trad. Jayme Taddei e Jose Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MUNIZ, Durval Albuquerque Junior. *A Dimensão retórica da historiografia*. In: *O historiador e suas fontes*. PINSKY Carla Bassanezi, LUCA Tania Regina de (org). São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo*. 2 Ed Editora SAGA, 1969.

VAL, Sylvio dos Santos. *Para além do átomo: trajetória institucional da ciência e da tecnologia da Marinha do Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2013.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1985.

NOTAS

¹ Utiliza-se neste artigo a teoria abordada por Mario Stopino (1994, apud BOBBIO, 1998, p.94), quando o autor trata do autoritarismo nos sistemas políticos. Para ele, os regimes autoritários são aqueles que pautam a autoridade governamental, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou um só órgão e as instituições destinadas a representar a autoridade são aniquiladas ou esvaziadas.

² A definição de discurso utilizada neste artigo é a apresentada pelo historiador Durval Muniz (2009, p. 228), segundo o qual, discurso é uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso. Para este autor, os discursos são partícipes de eventos de uma determinada época, tendo a função de tornar o passado e seus personagens vivos.

³ Em seu relatório, o Ministro Henrique Aristides Guilhem não explicita de que ideias extremistas estava se referindo, entretanto ele cita que deveria se combater o marxismo.

⁴ De acordo com o relatório do ministro de 1941, o Programa de Naval de 1932 havia sido revisto no ano de 1934 e havia conseguido incorporar os seguintes navios: nove contratorpedeiros e seis navios mineiros varredores, que posteriormente foram transformados em corvetas. Foram eles: Contratorpedeiros *Araguaia*, *Amazonas*, *Ajuricaba*, *Araguari*, *Acre*, *Apa*, *Marcílio Dias*, *Mariz e Barros* e *Grenhalgh* e os navios-mineiros *Carioca*, *Cananéia*, *Camocim*, *Cabedelo*, *Camaquã* e *Caravelas*.

⁵ Receita proveniente dos saldos das verbas orçamentárias do Ministério da Marinha, administrada por uma Junta composta pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, pelo Diretor-Geral de Fazenda e pelo Diretor de Engenharia Naval.

⁶ O Artigo 162 da constituição de 1934 tratava das Forças Armadas e citava que eram instituições nacionais permanentes e dentro da lei essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais a ordem e a lei.

